

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	14

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	54
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>86.371</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	22/04/2016	Ordinária		0,21421

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	41.994.900	41.421.935
1.01	Ativo Circulante	19.926.804	21.939.440
1.01.01	Disponibilidades	213.554	209.975
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.646.723	12.445.108
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	9.646.723	12.444.473
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	635
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	2.334.987	253.302
1.01.03.01	Carteira Própria	438.247	227.797
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.637.860	0
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	258.880	25.505
1.01.04	Relações Interfinanceiras	222.319	178.168
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	45.234	1.378
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	174.473	173.609
1.01.04.03	Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	21	102
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	1.704	1.885
1.01.04.05	Correspondentes	887	1.194
1.01.06	Operações de Crédito	5.000.384	5.476.359
1.01.06.01	Setor Público	211.655	243.022
1.01.06.02	Setor Privado	5.326.388	5.734.502
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-537.659	-501.165
1.01.08	Outros Créditos	2.472.738	3.344.533
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	29
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	684.088	818.089
1.01.08.03	Rendas a Receber	14.406	13.075
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	12	4
1.01.08.05	Diversos	1.956.511	2.719.014
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-182.279	-205.678
1.01.09	Outros Valores e Bens	36.099	31.995
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.079	13.996
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-622	-625
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	22.642	18.624
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.831.890	19.248.006
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	14.248.721	12.073.969
1.02.02.01	Carteira Própria	13.519.719	9.455.535
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos a Recompra	70.898	1.606.140
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	479.781	610.474
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	178.323	401.820
1.02.03	Relações Interfinanceiras	60.508	45.493
1.02.03.01	Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	73	2
1.02.03.02	SFH-Sistema Financeiro da Habitação	60.435	44.549
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	0	942
1.02.05	Operações de Crédito	6.678.368	6.723.551
1.02.05.01	Setor Público	1.290.578	1.381.893
1.02.05.02	Setor Privado	5.849.807	5.762.903
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-462.017	-421.245

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1.02.07	Outros Créditos	844.293	404.993
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	0	117
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.049
1.02.07.03	Diversos	873.147	433.416
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-46.903	-46.589
1.03	Ativo Permanente	236.206	234.489
1.03.01	Investimentos	1.898	1.866
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.201	7.169
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	217.294	215.976
1.03.02.01	Imóveis de Uso	170.063	168.413
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	107.628
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	276.497	263.840
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-336.894	-323.905
1.03.04	Intangível	16.995	16.610
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	16.995	16.610
1.03.05	Diferido	19	37
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	342	358
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-323	-321

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	41.994.900	41.421.935
2.01	Passivo Circulante	17.790.551	15.931.326
2.01.01	Depósitos	5.717.761	5.720.863
2.01.01.01	Depósito a Vista	242.069	333.005
2.01.01.02	Depósito de Poupança	1.860.422	1.854.853
2.01.01.03	Depósito Interfinanceiros	1.010.209	1.037.769
2.01.01.04	Depósito a Prazo	2.605.061	2.495.236
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.704.512	1.541.765
2.01.02.01	Carteira Própria	1.636.811	1.474.628
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	67.701	67.137
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	263.097	224.885
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	241.151	215.449
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	21.946	9.436
2.01.04	Relações Interfinanceiras	37.135	363
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	37.135	363
2.01.05	Relações Interdependências	5.908	12.373
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.796	12.331
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	112	42
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	810.575	1.000.882
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	810.575	1.000.882
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	153.235	150.552
2.01.07.01	Tesouro Nacional	436	426
2.01.07.02	BNDES	126.034	123.008
2.01.07.03	FINAME	26.765	27.118
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	155.900	168.823
2.01.09	Outras Obrigações	8.942.428	7.110.820
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	79.616	2.312
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	7.668	3.977
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	50.158	46.661
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	352.843	583.927
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	117
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.189.016	4.441.912
2.01.09.07	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	92.567
2.01.09.08	Diversas	2.262.974	1.939.347
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	21.234.579	22.647.423
2.02.01	Depósitos	4.634.747	5.029.884
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	164.024	171.034
2.02.01.02	Depósito a Prazo	4.470.723	4.858.850
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	70.322	129.478
2.02.02.01	Carteira Própria	70.322	129.478
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.073.957	1.194.587
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.073.957	1.194.587
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.590.759	1.558.594
2.02.07.01	BNDES	1.481.585	1.444.316
2.02.07.02	FINAME	109.174	114.278

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	806.900	911.560
2.02.09	Outras Obrigações	13.057.894	13.823.320
2.02.09.01	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.476.189	7.882.272
2.02.09.02	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	1.408.609
2.02.09.03	Instrumentos de Dividas Elegíveis a Capital	1.000.000	0
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.843.766	1.792.282
2.02.09.05	Diversas	2.737.939	2.740.157
2.05	Patrimônio Líquido	2.969.770	2.843.186
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	16.088	16.621
2.05.03.01	Ativos Próprios	16.088	16.621
2.05.04	Reservas de Lucro	605.963	598.429
2.05.04.01	Legal	200.726	200.726
2.05.04.02	Estatutária	397.703	397.703
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	7.534	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-548.475	-615.864
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-548.475	-615.864
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	52.194	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.288.496	1.758.306
3.01.01	Operações de Crédito	516.420	648.858
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	843.677	662.411
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-130.693	283.435
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	41.261	158.189
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	17.831	5.413
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-964.310	-1.600.927
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-363.301	-646.009
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-429.576	-685.377
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-171.433	-269.541
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	324.186	157.379
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-94.663	-122.711
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	532.106	533.185
3.04.02	Despesas de Pessoal	-426.027	-355.545
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-260.835	-214.273
3.04.04	Despesas Tributárias	-71.645	-60.851
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	675.385	349.123
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-543.647	-374.350
3.05	Resultado Operacional	229.523	34.668
3.06	Resultado Não Operacional	376	1.723
3.06.01	Receitas	829	1.874
3.06.02	Despesas	-453	-151
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	229.899	36.391
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-103.469	-87.643
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-56.068	-53.911
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-47.401	-33.732
3.09	IR Diferido	-45.121	138.141
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-3.501	-30.117
3.10.01	Participações	-3.501	-30.117
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	77.808	56.772
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,90086	0,65730



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	77.808	56.772
4.02	Outros Resultados Abrangentes	67.922	-48.819
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	113.588	-81.752
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	969	968
4.02.03	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-436	-387
4.02.04	Ganhos ou Perdas Atuariais	-511	-349
4.02.05	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-45.688	32.701
4.03	Resultado Abrangente do Período	145.730	7.953

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.930.394	510.893
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	528.901	609.793
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	77.808	56.772
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	10.801	9.278
6.01.01.03	Prov. para Desv. de Outros Valores e bens	-2	-3
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	188.502	184.553
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-17.069	84.988
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	194.592	236.333
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FDNE	12	15
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingentes	13.996	18.342
6.01.01.09	Provisão Benefício pós emprego	47.026	35.313
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	13.235	-15.798
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.401.493	-98.900
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	71	-13.518
6.01.02.02	Relações Interfinanceira e Interdependência	-28.858	-22.892
6.01.02.03	Operações de Crédito	332.657	-499.848
6.01.02.04	Oitros Créditos	521.650	-135.597
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-4.116	-4.616
6.01.02.06	Depósitos	-398.239	-540.567
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	103.591	-76.600
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-82.417	386.619
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-273.042	557.603
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	130.693	-283.435
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.220.936	574.753
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-121.433	-40.802
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.331.735	60.885
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários disponível para Venda	-4.319.230	70.522
6.02.02	Inversões em Investimento	-32	0
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-15.246	-9.646
6.02.04	Inversões em Intangível	-385	0
6.02.05	Inversões em Bens não de uso próprio	-26	-630
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	3.145	629
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	39	10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-393.394	0
6.03.01	Dividendos e Bonificações Juros sobre o Capital próprio pagos	-4	0
6.03.02	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-393.390	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.794.735	571.778
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.587.311	8.365.461
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.792.576	8.937.239

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	77.808	0	77.808
5.05	Destinações	0	0	0	7.534	-26.147	0	-18.613
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	7.534	-26.147	0	-18.613
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-533	0	533	67.389	67.389
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	67.900	67.900
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-533	0	533	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-511	-511
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	16.088	605.963	52.194	-548.475	2.969.770

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	1.781.283	1.998.447
7.01.01	Intermediação Financeira	1.288.496	1.758.306
7.01.02	Prestação de Serviços	532.106	533.185
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-171.433	-269.541
7.01.04	Outras	132.114	-23.503
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-792.877	-1.331.386
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-240.682	-198.049
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-20.973	-17.628
7.03.02	Serviços de Terceiros	-123.031	-105.973
7.03.04	Outros	-96.678	-74.448
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-55.739	-37.866
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-3.539	-7.429
7.03.04.03	Transportes	-6.557	-5.817
7.03.04.04	Segurança	-13.508	-10.402
7.03.04.05	Viagens	-2.944	-3.009
7.03.04.06	Outras	-14.391	-9.925
7.04	Valor Adicionado Bruto	747.724	469.012
7.05	Retenções	-10.801	-9.278
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.801	-9.278
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	736.923	459.734
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	736.923	459.734
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	736.923	459.734
7.09.01	Pessoal	370.300	335.774
7.09.01.01	Remuneração Direta	258.109	246.171
7.09.01.02	Benefícios	92.720	73.564
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.471	16.039
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	279.463	60.242
7.09.02.01	Federais	272.828	54.357
7.09.02.02	Estaduais	2	15
7.09.02.03	Municipais	6.633	5.870
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.352	6.946
7.09.03.01	Aluguéis	9.352	6.946
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	77.808	56.772
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	26.147	19.191
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.661	37.581

## Comentário do Desempenho

---

### DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 4,3 bilhões no primeiro trimestre de 2016, envolvendo 1.168.519 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito, apresentando crescimento de 2,0% na quantidade de operações e redução de 14,3% no valor contratado em relação ao primeiro trimestre de 2015.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2016 foi contratado o montante de R\$ 1,8 bilhão com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 127.485 operações, o que representa redução de 14,4% no valor contratado e acréscimo de 10,0% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2015.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,3 bilhões, contratando 1.083.914 operações no primeiro trimestre de 2016 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o primeiro trimestre de 2015, o BNB apresentou crescimento no valor contratado e na quantidade de operações, com 3,0% e 4,3%, respectivamente.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 120.662 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 587,9 milhões no primeiro trimestre de 2016, o que representa acréscimos de 12,1% no valor contratado e 11,1% na quantidade de operações.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. Nesta modalidade foi contratado o valor de R\$ 473,0 milhões no primeiro trimestre de 2016, com 116.159 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de 12,0% no valor contratado e de 11,4% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2015.

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de R\$ 2,3 bilhões no primeiro trimestre de 2016, contratando 1.083.914 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 471,2 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2016, em 12.311 operações, apresentando reduções de 20,5% no valor contratado e 22,1% na quantidade de operações.

## **Comentário do Desempenho**

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 77,8 milhões no primeiro trimestre de 2016, resultado 37,0% maior do que o obtido no primeiro trimestre de 2015.

### **INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14/01/2003**

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2016, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Trimestres findos em 31 de Março de 2016 e de 2015**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

**Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/ Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

**NOTA 1 - O Banco e suas Características**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);

## Notas Explicativas

- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

### NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

#### a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

#### c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

#### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos para Negociação:** são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e



## Notas Explicativas

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

### g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

#### **Hedge Accounting**

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

### h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

### i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

### j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

## Notas Explicativas

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido: contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

### k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de títulos e valores mobiliários, de instrumentos financeiros derivativos e de item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

### l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", plano de assistência médica, do tipo "benefício definido" e seguro de vida em grupo, do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

### m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

### n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

### o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado

## Notas Explicativas

provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

### p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

### q) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

## NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

**a) Carteira Própria** – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

**b) FNE** – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os trimestres findos em 31.03.2016 e 31.03.2015.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

## Notas Explicativas

6

Especificação	01.01 a 31.03.2016			01.01 a 31.03.2015		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>						
Receitas de Operações de Crédito	1.214.158	750.099	1.964.257	1.543.499	565.653	2.109.152
Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	516.420	-	516.420	648.858	-	648.858
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	402.804	440.873	843.677	393.552	268.859	662.411
Resultado de Operações de Câmbio	(130.693)	-	(130.693)	283.435	-	283.435
Resultado de Aplicações Compulsórias	41.261	-	41.261	158.189	-	158.189
Outras Receitas	17.831	-	17.831	5.413	-	5.413
	366.535	309.226	675.761	54.052	296.794	350.846
<b>Despesas</b>	<b>(543.282)</b>	<b>(615.931)</b>	<b>(1.159.213)</b>	<b>(1.344.170)</b>	<b>(493.258)</b>	<b>(1.837.428)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(363.301)	-	(363.301)	(646.009)	-	(646.009)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(8.548)	(421.028)	(429.576)	(428.620)	(256.757)	(685.377)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(171.433)	(194.592)	(366.025)	(269.541)	(236.333)	(505.874)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	(212)	(212)	-	-	-
Provisão Proagro a Receber	-	(99)	(99)	-	(168)	(168)
<b>Margem Financeira</b>	<b>670.876</b>	<b>134.168</b>	<b>805.044</b>	<b>199.329</b>	<b>72.395</b>	<b>271.724</b>
Rendas de Prestação de Serviços	93.303	426.434	519.737	89.983	433.140	523.123
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	12.369	-	12.369	10.062	-	10.062
<b>Pasep e Cofins</b>	<b>(27.601)</b>	<b>(37.106)</b>	<b>(64.707)</b>	<b>(18.896)</b>	<b>(35.955)</b>	<b>(54.851)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>748.947</b>	<b>523.496</b>	<b>1.272.443</b>	<b>280.478</b>	<b>469.580</b>	<b>750.058</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(686.862)</b>			<b>(569.818)</b>
Despesas de Pessoal			(426.027)			(355.545)
Depreciação e Amortização			(10.801)			(9.278)
Outras Despesas Administrativas			(250.034)			(204.995)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(326.687)</b>			<b>(125.506)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(28.995)</b>			<b>(18.343)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>229.899</b>			<b>36.391</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(148.590)			50.498
Participações no Lucro			(3.501)			(30.117)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>77.808</b>			<b>56.772</b>

## Notas Explicativas

### NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Disponibilidades em Moeda Nacional	176.017	151.549
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	37.537	58.426
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>213.554</b>	<b>209.975</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.579.022	12.377.336
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>9.792.576</b>	<b>12.587.311</b>

### NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

#### a) Composição

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>9.646.723</b>	<b>12.444.473</b>
Re vendas a Liquidar-Posição Bancada	9.579.022	12.377.336
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	67.701	67.137
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>635</b>
Aplicações em Moeda Estrangeira	-	635
<b>Total</b>	<b>9.646.723</b>	<b>12.445.108</b>
Saldo de Curto Prazo	9.646.723	12.445.108

#### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>319.566</b>	<b>232.352</b>
Posição Bancada	317.428	228.509
Posição Financiada	2.138	3.843
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>-</b>	<b>211</b>
<b>Total</b>	<b>319.566</b>	<b>232.563</b>

### NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

#### a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

##### a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Títulos Disponíveis para Venda	15.926.698	11.543.732
Títulos Mantidos até o Vencimento	177.229	173.065
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	479.781	610.474
<b>Total</b>	<b>16.583.708</b>	<b>12.327.271</b>
Saldo de Curto Prazo	2.334.987	253.302
Saldo de Longo Prazo	14.248.721	12.073.969

## Notas Explicativas

8

## a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2016										Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Acima de 360 dias	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	-	-	13.413.865	16.256.281	15.479.792	(776.489)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	10.642	1.816.444	10.292.975	12.128.456	12.120.061	(8.395)		2016 a 2022			
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.335.287	1.456.942	1.335.287	(121.655)		2050			
Letras Financeiras	-	-	88.506	135.943	1.620.910	1.894.788	1.845.359	(49.429)		2016 a 2019			
Debêntures	-	-	-	14.259	158.814	737.675	173.073	(564.602)		2016 a 2035			
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.447	5.428	5.447	19		2027			
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	32.257	-	(32.257)		2027			
Títulos da Dívida Agrária	-	-	107	25	433	735	565	(170)		2016 a 2022			
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	255	-	-	-	-	1.761	255	(1.506)		Sem Vencimento			
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	247	-	-	-	-	1.506	-	(1.506)		Sem Vencimento			
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	8	-	-	-	-	247	247	-		Sem Vencimento			
Fundo de Garantia de Operações - FGO	9.449	-	-	-	-	8	8	-		Sem Vencimento			
<b>Títulos de Renda Variável</b>	85	-	-	-	-	8.745	9.449	704		Sem Vencimento			
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	9.364	-	-	-	-	163	85	(78)		Sem Vencimento			
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	-	8.582	9.364	782		Sem Vencimento			
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	-	-	-	-	258.880	178.322	437.627	(425)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	232.459	156.022	388.477	388.481	4		2017 a 2020			
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	817	-	(817)		1993			
Debêntures	-	-	-	-	22.300	22.015	22.300	285		2019			
Letras Financeiras	-	-	-	26.421	-	26.318	26.421	104		2016			
<b>Total da Categoria</b>	<b>9.704</b>	-	<b>99.255</b>	<b>2.225.551</b>	<b>13.592.188</b>	<b>16.704.413</b>	<b>15.926.698</b>	<b>(777.716)</b>					
Crédito Tributário (Nota 21.b)								329.126					
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(1.173)					
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>								<b>(449.763)</b>					

## Notas Explicativas

9

Especificação	31.12.2015										Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento				
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias								
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	-	-	<b>11.984.335</b>	<b>11.107.888</b>	<b>(876.447)</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.792	7.978.725	7.979.876	7.980.517	641	2016 a 2021				
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.199.577	1.437.494	1.199.577	(237.917)	2050				
Letras Financeiras	-	-	85.303	130.767	1.570.136	1.827.555	1.786.206	(41.349)	2016 a 2019				
Debêntures	-	-	-	-	135.847	702.235	135.847	(566.388)	2016 a 2035				
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.553	5.534	5.553	19	2027				
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	31.383	-	(31.383)	1993				
Títulos da Dívida Agrária	-	-	11	25	152	258	188	(70)	2016 a 2022				
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>253</b>	-	-	-	-	<b>1.741</b>	<b>253</b>	<b>(1.488)</b>					
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.488	-	(1.488)	Sem Vencimento				
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	246	-	-	-	-	246	246	-	Sem Vencimento				
Fundo de Garantia de Operações - FGO	7	-	-	-	-	7	7	-	Sem Vencimento				
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>8.266</b>	-	-	-	-	<b>8.745</b>	<b>8.266</b>	<b>(479)</b>					
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	124	-	-	-	-	163	124	(39)	Sem Vencimento				
Ações de Companhias Abertas	8.142	-	-	-	-	8.582	8.142	(440)	Sem Vencimento				
<b>Títulos Dados em Garantia (1)</b>	-	-	-	<b>25.491</b>	<b>401.834</b>	<b>440.216</b>	<b>427.325</b>	<b>(12.891)</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	376.244	376.229	376.244	15	2017 a 2020				
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	794	-	(794)	1993				
Debêntures	-	-	-	-	25.590	37.886	25.590	(12.296)	2019 a 2035				
Letras Financeiras	-	-	-	25.491	-	25.307	25.491	184	2016				
<b>Total da Categoria</b>	<b>8.519</b>	-	<b>85.314</b>	<b>158.075</b>	<b>11.291.824</b>	<b>12.435.037</b>	<b>11.543.732</b>	<b>(891.305)</b>					
Crédito Tributário (Nota 21.b)								375.256					
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(1.614)					
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>								<b>(517.663)</b>					

(1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 208.652 (R\$ 202.078 em 31.12.2015); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.370 (R\$ 2.295 em 31.12.2015); Garantias em Processos Judiciais R\$ 204.675 (R\$ 202.124 em 31.12.2015); e Demais Garantias R\$ 21.506 (R\$ 20.828 em 31.12.2015).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 777.716) ((R\$ 891.305) em 31.12.2015). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 449.763) ((R\$ 517.663) em 31.12.2015).

## Notas Explicativas

## a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.03.2016							Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Valor de Custo (Contábil)	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	Faixa de Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Valor de Custo (Contábil)			
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	478	-	176.751	177.229	113.773				
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	478	-	-	478	478			2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	147.210	147.210	83.754			2030	
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.382	10.382	10.382			2017	
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	5.366	5.366	5.366			2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	13.418	13.418	13.418			2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	375	375	375			2022	
<b>Total da Categoria</b>	-	478	-	176.751	177.229	113.773				

Especificação	31.12.2015							Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Valor de Custo (Contábil)	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	Faixa de Vencimento			Acima de 360 dias	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Valor de Custo (Contábil)			
		0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias						
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	480	-	172.585	173.065	85.545				
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	480	-	-	480	480			2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	144.415	144.415	56.895			2030	
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.312	10.312	10.312			2017	
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	4.416	4.416	4.416			2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	13.371	13.371	13.371			2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	71	71	71			2022	
<b>Total da Categoria</b>	-	480	-	172.585	173.065	85.545				

<sup>(1)</sup> Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

**a.4)** No primeiro trimestre de 2016 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

**a.5)** Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
- 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

**a.6)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.



## Notas Explicativas

### b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	319.566	232.352
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	-	211
Títulos de Renda Fixa	523.850	429.608
Títulos de Renda Variável	261	240
<b>Total</b>	<b>843.677</b>	<b>662.411</b>

### c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.03.2016, o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial na conta de "Diferencial a Receber", conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Composição em 31.03.2016						Ajuste a Mercado Líquido
	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>							
Moeda Estrangeira (Dólar)	479.781	-	473.495	-	6.284	-	6.284
<b>Total</b>	<b>479.781</b>	<b>-</b>	<b>473.495</b>	<b>-</b>	<b>6.284</b>	<b>-</b>	<b>6.284</b>
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)							2.514

Especificação	Composição em 31.12.2015						Ajuste a Mercado Líquido
	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>							
Moeda Estrangeira (Dólar)	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
<b>Total</b>	<b>610.474</b>	<b>-</b>	<b>587.348</b>	<b>-</b>	<b>23.126</b>	<b>-</b>	<b>23.126</b>
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)							9.250

Especificação	31.03.2016		31.12.2015	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
3 a 5 anos	479.781	-	610.474	-
<b>Total</b>	<b>479.781</b>	<b>-</b>	<b>610.474</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas

### c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.03.2016				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.086.874	613.378	1.093.158	613.378	6.284
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.086.873		1.093.159		6.286
Crédito Tributário (Nota 21.b)					2.515

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 2.744, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2015				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.179.697	592.349	1.202.823	592.349	23.126
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.179.697		1.202.843		23.146
Crédito Tributário (Nota 21.b)					9.258

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.180, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do período.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

### d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Swap	(130.693)	283.435
<b>Total</b>	<b>(130.693)</b>	<b>283.435</b>

### NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

#### a) Créditos Vinculados

Especificação	31.03.2016			31.12.2015		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	96.069	-	96.069	91.341	-	91.341
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	78.404	-	78.404	82.268	-	82.268
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	73.324	(12.889)	60.435	72.062	(27.513)	44.549
Tesouro Nacional - Crédito Rural	607	(513)	94	692	(588)	104
<b>Total</b>	<b>248.404</b>	<b>(13.402)</b>	<b>235.002</b>	<b>246.363</b>	<b>(28.101)</b>	<b>218.262</b>
Saldo de Curto Prazo	174.606	(112)	174.494	174.298	(587)	173.711
Saldo de Longo Prazo	73.798	(13.290)	60.508	72.065	(27.514)	44.551

## Notas Explicativas

### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	1.836	4.428
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.262	1.031
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	24	14
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	14.709	(60)
<b>Total</b>	<b>17.831</b>	<b>5.413</b>

### NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

#### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.03.2016		31.12.2015	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>12.678.428</b>	<b>(999.676)</b>	<b>13.122.320</b>	<b>(922.410)</b>
Curto Prazo	5.538.043	(537.659)	5.977.524	(501.165)
Longo Prazo	7.140.385	(462.017)	7.144.796	(421.245)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)</b>	<b>647.938</b>	<b>(182.279)</b>	<b>715.953</b>	<b>(205.463)</b>
Curto Prazo	609.275	(182.279)	506.014	(205.463)
Longo Prazo	38.663	-	209.939	-
<b>Total</b>	<b>13.326.366</b>	<b>(1.181.955)</b>	<b>13.838.273</b>	<b>(1.127.873)</b>

#### a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Adiantamentos a Depositantes	323	431
Empréstimos	5.472.887	5.761.392
Títulos Descontados	56.280	61.821
Financiamentos	2.292.095	2.303.910
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	182.725	226.222
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	501.401	478.527
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.806.354	1.767.956
Financiamentos Imobiliários <sup>(1)</sup>	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.366.120	2.521.818
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>12.678.428</b>	<b>13.122.320</b>
Avais Fianças Honrados	-	146
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	30.991	28.298
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.838	4.363
Títulos e Créditos a Receber	77.142	108.054
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(2)</sup> (Nota 11.a)	535.967	575.092
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>647.938</b>	<b>715.953</b>
<b>Total</b>	<b>13.326.366</b>	<b>13.838.273</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

<sup>(2)</sup> Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

#### a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Empréstimos e Títulos Descontados	289.177	194.841
Financiamentos	146.462	374.266
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	67.596	48.245
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	13.180	30.982
Outros Valores	5	524
<b>Total</b>	<b>516.420</b>	<b>648.858</b>

## Notas Explicativas

### b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

#### b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2016	Total em 31.12.2015
Rural	2.041	11.048	3.859	8.735	11.476	1.704.157	1.741.316	1.679.835
Indústria	75.140	76.322	67.061	185.733	305.292	2.032.377	2.741.925	2.758.683
Governo	15.314	15.314	20.124	69.018	91.885	1.290.578	1.502.233	1.624.916
Outros Serviços	170.131	108.360	119.242	274.192	387.737	1.281.361	2.341.023	2.319.861
Comércio	789.710	764.667	519.029	857.561	507.357	577.324	4.015.648	4.401.314
Intermediários Financeiros	63	12	10	23	43	141	292	479
Habitação	165	54	34	50	53	442	798	757
Pessoas Físicas	26.085	12.241	9.610	19.888	13.965	20.995	102.784	104.541
<b>Total</b>	<b>1.078.649</b>	<b>988.018</b>	<b>738.969</b>	<b>1.415.200</b>	<b>1.317.808</b>	<b>6.907.375</b>	<b>12.446.019</b>	<b>12.890.386</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

#### b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2016	Total em 31.12.2015
Rural	8	12	125	56	1.069	6.558	7.828	29.108
Indústria	4.916	5.844	5.033	14.263	20.580	31.527	82.163	81.414
Outros Serviços	8.047	7.560	7.447	20.157	31.777	159.887	234.875	223.173
Comércio	21.691	17.878	14.628	33.090	48.882	73.109	209.278	185.359
Intermediários Financeiros	13	13	13	39	65	-	143	21
Pessoas Físicas	513	661	508	1.173	898	1.259	5.012	4.716
<b>Total</b>	<b>35.188</b>	<b>31.968</b>	<b>27.754</b>	<b>68.778</b>	<b>103.271</b>	<b>272.340</b>	<b>539.299</b>	<b>523.791</b>

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2016	Total em 31.12.2015
Rural	4	181	204	3.548	2.904	1.173	44.115	52.129	53.382
Indústria	3.069	3.158	5.079	4.167	11.976	14.052	16	41.517	50.825
Outros Serviços	2.818	10.452	11.948	5.936	40.300	25.470	532	97.456	182.454
Comércio	5.864	13.252	22.750	16.239	34.106	41.496	664	134.371	122.980
Intermediários Financeiros	-	15	16	17	-	-	-	48	7
Habitação	-	13	2	26	313	-	-	354	267
Pessoas Físicas	62	1.298	1.632	1.643	3.961	6.573	4	15.173	14.181
<b>Total</b>	<b>11.817</b>	<b>28.369</b>	<b>41.631</b>	<b>31.576</b>	<b>93.560</b>	<b>88.764</b>	<b>45.331</b>	<b>341.048</b>	<b>424.096</b>

### c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.03.2016				31.12.2015			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.008.195	-	5.008.195	-	5.218.780	-	5.218.780	-
A	4.271.670	-	4.271.670	21.357	4.554.399	-	4.554.399	22.772
B	2.082.350	56.405	2.138.755	21.387	2.358.464	56.382	2.414.846	24.148
C	220.394	81.610	302.004	9.060	79.931	116.073	196.004	5.880

## Notas Explicativas

D	212.068	70.981	283.049	28.305	90.151	91.298	181.449	18.145
E	50.409	77.870	128.279	38.484	61.303	106.863	168.166	50.450
F	58.281	74.339	132.620	66.310	26.978	75.339	102.317	51.158
G	53.989	161.820	215.809	151.067	18.055	138.587	156.642	109.650
H	488.663	357.322	845.985	845.985	482.325	363.345	845.670	845.670
<b>Total</b>	<b>12.446.019</b>	<b>880.347</b>	<b>13.326.366</b>	<b>1.181.955</b>	<b>12.890.386</b>	<b>947.887</b>	<b>13.838.273</b>	<b>1.127.873</b>

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

## d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	1.127.873	890.703
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	171.333	1.002.375
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(117.251)	(765.205)
<b>(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>1.181.955</b>	<b>1.127.873</b>
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.804	46.458
(+) Provisão Líquida no Período	211	701
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(112)	(355)
<b>(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)</b>	<b>46.903</b>	<b>46.804</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>1.228.858</b>	<b>1.174.677</b>

## e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	188.502	184.553
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	-	84.913
(-) Reversões de Provisões Operacionais	(17.169)	-
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>171.333</b>	<b>269.466</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	137	75
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(37)	-
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>171.433</b>	<b>269.541</b>

f) No 1º trimestre de 2016 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 13.180 (R\$ 30.982 em 31.03.2015) e o volume das renegociações registrou R\$ 443.253 (R\$ 33.080 em 31.03.2015).

## g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.03.2016, um efeito positivo no valor de R\$ 2.296 (R\$ 8.764 em 31.03.2015), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Efetivação de Rendas	1.935	4.543
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	1.567	6.115
Despesas com Deságios	(12)	(152)
Efeito Líquido de Provisões	(1.194)	(1.742)
<b>Total</b>	<b>2.296</b>	<b>8.764</b>

## NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>a) Crédito por Avais e Fianças Honrados</b>	<b>-</b>	<b>146</b>
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>684.088</b>	<b>818.089</b>
<b>c) Rendas a Receber</b>	<b>32.455</b>	<b>31.124</b>
<b>d) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>12</b>	<b>4</b>
<b>e) Diversos</b>	<b>2.829.658</b>	<b>3.152.430</b>
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.421.286	1.459.663
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	331.641	384.514
Devedores por Depósitos em Garantia	689.911	669.802
Impostos e Contribuições a Compensar	52.707	278.553
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	77.142	108.054

## Notas Explicativas

Adiantamentos e Antecipações Salariais	33.199	2.473
Pagamentos a Ressarcir	11.782	10.876
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	11	12
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	17	18
Outros Valores	185.214	211.717
<b>f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(229.182)</b>	<b>(252.267)</b>
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(182.279)	(205.463)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.903)	(46.804)
<b>Total</b>	<b>3.317.031</b>	<b>3.749.526</b>
Saldo de Curto Prazo	2.472.738	3.344.533
Saldo de Longo Prazo	844.293	404.993

### NOTA 11 – Carteira de Câmbio

#### a) Composição

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>Ativo – Outros Créditos</b>		
Câmbio Comprado a Liquidar	650.548	786.236
Direitos sobre Vendas de Câmbio	4.580	4.009
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(2.031)	(454)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	30.991	28.298
<b>Ativo Circulante (Nota 10.b)</b>	<b>684.088</b>	<b>818.089</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações</b>		
Obrigações por Compras de Câmbio	539.179	575.092
Câmbio Vendido a Liquidar	4.456	3.977
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(535.967)	(575.092)
<b>Passivo Circulante (Nota 16.b)</b>	<b>7.668</b>	<b>3.977</b>

#### b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01. a 31.03.2016	01.01. a 31.03.2015
Rendas de Câmbio	41.525	158.377
Despesas de Câmbio	(264)	(188)
<b>Total</b>	<b>41.261</b>	<b>158.189</b>

**Notas Explicativas**

**NOTA 12 – Permanente**

**a) Investimentos**

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 31.03.2016		31.03.2016	
	Saldo Contábil	Saldo Contábil	Adições	Exclusões	Valor de Custo	Saldo Contábil
Ações e Cotas	652	652	-	-	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.214	1.214	32	-	1.246	1.246
<b>Total</b>	<b>1.866</b>	<b>1.866</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>1.898</b>	<b>1.898</b>

**b) Imobilizado**

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 31.03.2016			31.03.2016		
	Saldo Contábil	Adições	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
			Exclusões	Depreciação				
Edificações	91.421	1.650	-	(2.537)	90.534	260.060	(169.526)	90.534
Sistema de Processamento de Dados	60.804	6.893	(2.057)	(5.807)	59.833	145.817	(85.984)	59.833
Móveis e Equipamentos de Uso	28.000	4.302	(781)	(1.365)	30.156	74.559	(44.403)	30.156
Terrenos	17.631	0	0	0	17.631	17.631	0	17.631
Instalações	4.933	1.881	0	(336)	6.478	21.073	(14.595)	6.478
Sistema de Comunicação	49	10	(3)	(4)	52	341	(289)	52
Sistema de Segurança	8.689	510	(304)	(383)	8.512	20.343	(11.831)	8.512
Sistema de Transporte	4.449	0	0	(351)	4.098	14.364	(10.266)	4.098
<b>Total</b>	<b>215.976</b>	<b>15.246</b>	<b>(3.145)</b>	<b>(10.783)</b>	<b>217.294</b>	<b>554.188</b>	<b>(336.894)</b>	<b>217.294</b>

**c) Diferido**

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 31.03.2016		31.03.2016	
	Saldo Contábil	Adições	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
			Exclusões	Amortização		
Gastos em Imóveis de Terceiros	37	-	(18)	19	37	19
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>(18)</b>	<b>19</b>	<b>37</b>	<b>19</b>

**d) Intangível**

Especificação	31.12.2015		01.01.2016 a 31.03.2016		31.03.2016	
	Saldo Contábil	Adições	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
			Exclusões	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.610	385	-	-	16.995	16.995
<b>Total</b>	<b>16.610</b>	<b>385</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.995</b>	<b>16.995</b>

e) No trimestre, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

## Notas Explicativas

**NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/ Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas**

**a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2016	Total em 31.12.2015
Depósitos a Vista	242.069	-	-	-	-	-	242.069	333.005
Depósitos a Vista	242.069	-	-	-	-	-	242.069	333.005
Depósitos de Poupança	1.860.422	-	-	-	-	-	1.860.422	1.854.853
Depósitos Interfinanceiros	530.856	479.353	139.014	25.010	-	-	1.174.233	1.208.803
Depósitos a Prazo	1.099.024	1.506.037	2.349.849	742.684	1.328.083	50.107	7.075.784	7.354.086
Depósitos a Prazo	293.199	1.458.872	1.843.299	593.513	1.189.944	50.107	5.428.934	5.606.108
Depósitos Judiciais com Remuneração	784.493	-	-	-	-	-	784.493	888.708
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	416.114	66.775	66.776	-	549.665	526.143
FAT- Recursos Disponíveis	9.445	18.265	1.899	1.556	820	-	31.985	37.932
FAT- Recursos Aplicados	11.367	28.900	88.537	80.587	70.543	-	279.934	294.431
Outros	520	-	-	253	-	-	773	764
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>89.191</b>	<b>173.907</b>	-	<b>1.073.957</b>	-	-	<b>1.337.055</b>	<b>1.419.472</b>
Eurobonds	21.947	-	-	1.073.957	-	-	1.095.904	1.204.023
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	67.244	173.907	-	-	-	-	241.151	215.449
<b>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>1.501.176</b>
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	-	-	-	-	-	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	-
<b>Dívidas Subordinadas</b>	-	-	-	-	-	<b>1.843.766</b>	<b>1.843.766</b>	<b>1.792.282</b>
<b>Total</b>	<b>3.821.562</b>	<b>2.159.297</b>	<b>2.488.863</b>	<b>1.841.651</b>	<b>1.328.083</b>	<b>2.893.873</b>	<b>14.533.329</b>	<b>15.463.677</b>
Saldo de Curto Prazo							5.980.859	7.219.885
Saldo de Longo Prazo							8.552.470	9.353.333



**Notas Explicativas****b) Depósitos**

<b>Especificação</b>	<b>31.03.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>242.069</b>	<b>333.005</b>
Depósitos de Governos	8.922	4.772
Depósitos Vinculados	96.013	166.320
Pessoas Jurídicas	102.003	120.821
Pessoas Físicas	33.385	40.376
Outros Valores	1.746	716
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.860.422</b>	<b>1.854.853</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.255.718	1.280.523
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	603.851	573.630
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	853	700
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.174.233</b>	<b>1.208.803</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>7.075.784</b>	<b>7.354.086</b>
Depósitos a Prazo	5.428.934	5.606.108
Depósitos Judiciais com Remuneração	784.493	888.708
<b>Outros Depósitos a Prazo</b>	<b>862.357</b>	<b>859.270</b>
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)</b>	<b>311.919</b>	<b>332.363</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 26)</b>	<b>31.985</b>	<b>37.932</b>
Proger Urbano	2.536	2.945
Protrabalho	282	1.282
Infraestrutura	24.789	25.820
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	4.378	7.885
<b>Recursos Aplicados (Nota 26)</b>	<b>279.934</b>	<b>294.431</b>
Proger Urbano	16.117	17.575
Protrabalho	72.993	75.188
Infraestrutura	88.529	98.068
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	102.295	103.600
<b>Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167</b>	<b>549.665</b>	<b>526.143</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>773</b>	<b>764</b>
<b>Total</b>	<b>10.352.508</b>	<b>10.750.747</b>
Saldo de Curto Prazo	5.717.761	5.720.863
Saldo de Longo Prazo	4.634.747	5.029.884

**c) Captação no Mercado Aberto**

<b>Especificação</b>	<b>31.03.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.707.133</b>	<b>1.604.106</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.707.133	1.604.106
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>67.701</b>	<b>67.137</b>
Letras Financeiras do Tesouro	67.701	-
Notas do Tesouro Nacional	-	67.137
<b>Total</b>	<b>1.774.834</b>	<b>1.671.243</b>
Saldo de Curto Prazo	1.704.512	1.541.765
Saldo de Longo Prazo	70.322	129.478

**d) Despesa de Captação no Mercado**

<b>Especificação</b>	<b>01.01. a 31.03.2016</b>	<b>01.01. a 31.03.2015</b>
<b>Despesas de Captações</b>	<b>(307.828)</b>	<b>(597.024)</b>
Depósitos a Prazo	(171.911)	(177.711)
Depósitos de Poupança	(28.484)	(25.077)
Depósitos Judiciais	(21.266)	(19.544)
Depósitos Interfinanceiros	(13.613)	(13.819)
Depósitos Especiais	(22.585)	(19.590)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(47.013)	(337.976)
Outros Depósitos	(2.956)	(3.307)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(55.473)</b>	<b>(48.985)</b>
Carteira de Terceiros	(2.138)	(3.826)
Carteira Própria	(53.335)	(45.159)
<b>Total</b>	<b>(363.301)</b>	<b>(646.009)</b>

**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

<b>Especificação</b>	<b>0 a 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>5 a 15 anos</b>	<b>Acima de 15 anos</b>	<b>Total em 31.03.2016</b>	<b>Total em 31.12.2015</b>
Empréstimos no Exterior	407.755	402.820	-	-	-	-	810.575	1.000.882
Repasses do País	44.831	108.404	342.953	378.331	649.954	219.521	1.743.994	1.709.146
Repasses do Exterior	56.419	99.481	275.137	275.136	256.627	-	962.800	1.080.383
<b>Total</b>	<b>509.005</b>	<b>610.705</b>	<b>618.090</b>	<b>653.467</b>	<b>906.581</b>	<b>219.521</b>	<b>3.517.369</b>	<b>3.790.411</b>

**Notas Explicativas**

	1.119.710	1.320.257
Saldo de Longo Prazo	2.397.659	2.470.154

**b) Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2016	31.12.2015
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	810.575	1.000.882
<b>Total</b>		<b>810.575</b>	<b>1.000.882</b>
Saldo de Curto Prazo		810.575	1.000.882
Saldo de Longo Prazo		-	-

**c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2016	31.12.2015
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP-DI + 2,00	<b>436</b>	<b>426</b>
<b>BNDES</b>		<b>1.607.619</b>	<b>1.567.324</b>
Programa de Operações Conjuntas – POC	Pré 1,50 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Var. Cambial + 2,00 a 4,00	1.226.823	1.199.931
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		380.796	367.393
<b>Finame</b>		<b>135.939</b>	<b>141.396</b>
Programa Automático	Pré 1,50 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Var. Cambial + 2,00 a 4,00	114.727	120.862
Programa Agrícola		21.212	20.534
<b>Total (Nota 29.a.1)</b>		<b>1.743.994</b>	<b>1.709.146</b>
Saldo de Curto Prazo		153.235	150.552
Saldo de Longo Prazo		1.590.759	1.558.594

**d) Obrigações por Repasses do Exterior**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2016	31.12.2015
BID-Prodetur I	USD + 3,99	416.899	452.848
BID-Prodetur II	USD + 1,85	537.967	618.220
BID-Outros Programas	USD + 1,85	7.934	9.315
<b>Total</b>		<b>962.800</b>	<b>1.080.383</b>
Saldo de Curto Prazo		155.900	168.823
Saldo de Longo Prazo		806.900	911.560

**e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

Especificação	01.01. a 31.03.2016	01.01. a 31.03.2015
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(50.438)</b>	<b>(214.795)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(43.407)</b>	<b>(34.139)</b>
Tesouro Nacional	(10)	(7)
BNDES	(41.789)	(32.697)
Finame	(1.608)	(1.435)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(7.031)</b>	<b>(180.656)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(3.168)</b>	<b>(238.716)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(375.970)</b>	<b>(231.866)</b>
<b>Total</b>	<b>(429.576)</b>	<b>(685.377)</b>

**NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos****a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior**

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.03.2016 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.03.2016 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 31.12.2015 <sup>(2)</sup>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.089.617	1.095.903	1.204.023
<b>Total</b>				<b>300.000</b>	<b>1.089.617</b>	<b>1.095.903</b>	<b>1.204.023</b>
Saldo de Curto Prazo						21.946	9.436
Saldo de Longo Prazo						1.073.957	1.194.587

<sup>(1)</sup> As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

**b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas**

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.03.2016	31.12.2015
Letras de Crédito do Agronegócio <sup>(1)</sup>	86,97 do CDI	228.220	241.151	215.449
Saldo de Curto Prazo			241.151	215.449

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 194 dias.

## Notas Explicativas

### NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>79.616</b>	<b>2.312</b>
Recursos do Proagro	347	119
Recebimentos de Tributos Federais	76.438	-
IOF a Recolher	1.791	1.912
Outros Tributos e Assemelhados	1.040	281
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>7.668</b>	<b>3.977</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>50.158</b>	<b>46.661</b>
Dividendos e Bonificações a Pagar	18.291	18.296
Participações nos Lucros	31.867	28.365
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>352.843</b>	<b>583.927</b>
<b>Provisão para Riscos Fiscais</b>	<b>60.819</b>	<b>47.584</b>
Impostos e Contribuições	1.132	1.069
Causas Fiscais	59.687	46.515
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos</b>	<b>106.524</b>	<b>113.426</b>
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.c)	3.687	10.864
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	3.612	4.048
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.c)	99.225	98.514
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)</b>	<b>109.148</b>	<b>339.231</b>
Imposto de Renda	60.085	197.057
Contribuição Social <sup>(1)</sup>	49.063	142.174
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>76.352</b>	<b>83.686</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>153</b>	<b>117</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>13.665.205</b>	<b>12.324.184</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 28.a.1)	12.678.900	11.332.783
Outros Valores	986.305	991.401
<b>g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 28.a.1)</b>	<b>-</b>	<b>1.501.176</b>
<b>h) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 28.a.1)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>-</b>
<b>i) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 28.a.1)</b>	<b>1.843.766</b>	<b>1.792.282</b>
<b>j) Diversas</b>	<b>5.000.913</b>	<b>4.679.504</b>
<b>Provisão para Passivos Contingentes</b>	<b>3.325.774</b>	<b>3.226.238</b>
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	252.953	249.461
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	151.347	142.592
Outras Causas (Nota 22.v.i)	772	720
<b>FNE (Nota 22.i.2.i)</b>	<b>2.865.717</b>	<b>2.792.367</b>
Repasses	1.025	999
Risco Integral BNB	141.698	133.088
Risco Compartilhado	2.722.994	2.658.280
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	666	654
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	670	2.644
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	18.613	-
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	35.036	37.800
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>1.467.538</b>	<b>1.263.375</b>
<b>Benefícios a Empregados</b>	<b>1.073.143</b>	<b>1.064.959</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 28.a.2)	227.268	235.477
Plano de Assistência Médica (Nota 28.a.2)	788.918	772.977
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 28.a.2)	56.957	56.505
Despesa de Pessoal	182.620	161.263
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	38.531	-
Outros Valores	173.244	37.153
<b>Outros Valores</b>	<b>207.601</b>	<b>189.891</b>
<b>Total</b>	<b>22.000.322</b>	<b>20.934.140</b>
Saldo de Curto Prazo	8.942.428	7.110.820
Saldo de Longo Prazo	13.057.894	13.823.320

### NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.03.2016	31.12.2015
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 28.a.1)	1.000.000			1.000.000	-
Saldo de Curto Prazo				-	92.567
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.408.609

Obs.: O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois está sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida que se encontra em processo de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de autorização por parte do Bacen para ser considerado elegível a Capital Principal.

## Notas Explicativas

### NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.843.766	1.792.282
Recursos disponíveis <sup>(1)</sup>	1.247.986	1.181.091
Recursos aplicados <sup>(2)</sup>	595.780	611.191
<b>Total (Nota 28.a.1)</b>	<b>1.843.766</b>	<b>1.792.282</b>

<sup>(1)</sup> São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

<sup>(2)</sup> São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

### NOTA 19 – Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2015), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.03.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.215.368	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.228.500	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.031.181	2,36
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

Composição em 31.12.2015		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.020.781	2,35
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

#### b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 16.088 (R\$ 16.621 em 31.12.2015) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No trimestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 533 (R\$ 581 em 31.03.2015) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

#### c) JCP Complementares do exercício de 2015

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2016, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) complementares do exercício findo em 31.12.2015, no montante de R\$ 17.778.

#### d) Demonstrativo de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio(JCP), referentes ao período de três meses:

Especificação	01.01. a 31.03.2016	01.01. a 31.03.2015
<b>1. Lucro Líquido do Período</b>	<b>77.808</b>	<b>56.771</b>
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	533	710
<b>3. Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>78.341</b>	<b>57.481</b>
4. Reserva Legal calculada <sup>(1)</sup>	(3.890)	(2.838)
<b>5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>74.451</b>	<b>54.643</b>
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	26.147	19.191
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(80)	(58)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	26.067	19.133

<sup>(1)</sup> A Reserva Legal é reconhecida a cada balanço patrimonial. Valor calculado para fins de apuração da Base de Cálculo dos Dividendos e JCP

#### e) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	67.900	(249.211)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(511)	(183.157)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>67.389</b>	<b>(432.368)</b>

### NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 31.03.2016	01.01. a 31.03.2015
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>519.737</b>	<b>523.123</b>
Administração de Fundos de Investimentos	7.244	7.032
Administração de Fundos e Programas	430.450	437.766

<b>Notas Explicativas</b>	82.043	78.325
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>12.369</b>	<b>10.062</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(426.027)</b>	<b>(355.545)</b>
Proventos	(251.532)	(212.909)
Encargos Sociais	(90.959)	(73.868)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I (Nota 25.g)	(20.958)	(16.348)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural (Nota 25.g)	(25.032)	(18.417)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(1.208)	(548)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(36.338)	(33.455)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(260.835)</b>	<b>(214.273)</b>
Processamento de Dados	(48.230)	(31.312)
Propaganda e Publicidade	(1.831)	(4.351)
Serviços de Terceiros	(108.807)	(94.108)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(18.964)	(14.876)
Viagens	(2.944)	(3.009)
Comunicações	(7.509)	(6.554)
Depreciação e Amortização	(10.801)	(9.278)
Manutenção e Conservação de Bens	(11.361)	(9.698)
Vigilância, Segurança e Transporte	(20.065)	(16.219)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(1.708)	(3.078)
Serviços do Sistema Financeiro	(7.197)	(6.302)
Serviços Técnicos Especializados	(7.027)	(5.563)
Seguros	(811)	(923)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatórios	(10.133)	(4.815)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(877)	(813)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(1.339)	(1.153)
Outros Valores	(1.231)	(2.221)
<b>e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)</b>	<b>(71.645)</b>	<b>(60.851)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(64.707)	(54.850)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.022)	(5.324)
Outros Valores	(916)	(677)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>675.385</b>	<b>349.123</b>
"Del credere" de Fundos Administrados	311.027	298.455
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	307.179	9.512
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1	15
Recuperação de Encargos e Despesas	1.708	1.758
Reversão de Provisões Operacionais	8.788	15.783
Juros e Comissões	708	994
Correção Monetária	1.012	284
Resultado da Marcação a Mercado	22.138	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	8.576	10.805
Outros Valores	14.248	11.517
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(543.647)</b>	<b>(374.350)</b>
Varição Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(201.862)	(3.445)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(39)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(321)	(178)
Encargos de Operações de Crédito	(1.576)	(483)
Riscos Fiscais	(13.246)	(3.060)
Riscos com Operações do FNE	(194.592)	(236.333)
Riscos com Operações do FDNE	(12)	(15)
Causas Trabalhistas	(4.452)	(5.687)
Causas Cíveis	(11.246)	(9.560)
Outras Causas	(51)	(36)
Outros Passivos Contingentes	(212)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(19.688)	(71.460)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(38.531)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(36.932)	(25.187)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(14.553)	(16.055)
Outros Valores	(6.334)	(2.851)
<b>Total</b>	<b>(94.663)</b>	<b>(122.711)</b>

## NOTA 21 – Impostos e Contribuições

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	229.899	36.391	229.899	36.391
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(3.501)	(30.117)	(3.501)	(30.117)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(26.147)	(19.191)	(26.147)	(19.191)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e	200.251	(12.917)	200.251	(12.917)

**Notas Explicativas**

	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Lucro Líquido				
Adições/Exclusões Permanentes	20.245	6.452	20.418	6.607
Adições/Exclusões Temporárias	28.357	232.737	28.357	232.737
Resultado Tributável	248.853	226.272	249.026	226.427
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(62.207)	(56.562)	(49.805)	(33.964)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.081	2.264	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	242	242	194	145
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(59.884)	(54.056)	(49.611)	(33.819)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	3.816	145	2.210	87
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(56.068)	(53.911)	(47.401)	(33.732)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	(21.005)	86.345	(24.116)	51.796
Total de IRPJ/CSLL	(77.073)	32.434	(71.517)	18.064
Alíquota Efetiva (%)	38,49%	251,10%	35,71%	139,85%
<b>a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</b>	<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>	
	<b>31.03.2016</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.03.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	59.843	196.089	48.869	141.399
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	242	968	194	775
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	<b>60.085</b>	<b>197.057</b>	<b>49.063</b>	<b>142.174</b>
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(25.398)	(171.402)	(16.958)	(89.679)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	<b>34.687</b>	<b>25.655</b>	<b>32.105</b>	<b>52.495</b>

**b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias**

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.03.2016		31.12.2015		31.03.2016	31.12.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Provisões</b>						
Saldo Inicial	843.437	616.226	588.762	353.271	1.459.663	942.033
Constituição	91.588	73.275	494.483	296.704	164.863	791.187
Realização/Reversão	(108.378)	(94.862)	(239.808)	(33.749)	(203.240)	(273.557)
Saldo Final (Nota 10.e)	826.647	594.639	843.437	616.226	1.421.286	1.459.663
<b>b) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	-	-	2.078	1.247	-	3.325
Constituição	8.033	4.820	47.555	31.062	12.853	78.617
Realização/Reversão	(8.033)	(4.820)	(49.633)	(32.309)	(12.853)	(81.942)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-
<b>c) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)
Constituição	13.041	7.825	104.824	65.429	20.866	170.253
Realização/Reversão	(17.256)	(10.353)	(98.448)	(61.603)	(27.609)	(160.051)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	1.571	944	5.786	3.472	2.515	9.258
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	223.772	151.482	112.325	67.396	375.254	179.721
Constituição	212.136	147.752	549.851	368.466	359.888	918.317
Realização/Reversão	(240.792)	(165.224)	(438.403)	(284.379)	(406.016)	(722.782)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	195.116	134.010	223.773	151.483	329.126	375.256

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
1. Total das Diferenças Temporárias	5.709.627	5.809.498	5.709.627	5.809.498
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.399.410	1.452.374	1.147.524	1.133.207
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	826.647	843.437	594.639	616.226
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	196.687	229.559	134.954	154.955
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) <sup>(1)</sup>	1.023.334	1.072.996	729.593	771.181
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup>	376.076	379.378	417.931	362.025

<sup>(1)</sup> Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

**Notas Explicativas**

Os valores foram apurados para atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.03.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	13,49	256.021	248.049	204.821	198.443	460.842	446.492
2017	12,35	149.808	129.188	119.846	103.350	269.654	232.538
2018	11,39	62.100	48.076	49.680	38.461	111.780	86.537
2019	11,13	87.986	61.295	57.168	39.826	145.154	101.121
2020	10,72	258.079	162.382	154.848	97.429	412.927	259.811
A partir de 2021	10,72	12.653	11.723	8.276	7.666	20.929	19.389
<b>Total</b>		<b>826.647</b>	<b>660.713</b>	<b>594.639</b>	<b>485.175</b>	<b>1.421.286</b>	<b>1.145.888</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen, na posição de 31.03.2016.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, do Bacen, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	70.230	70.230	56.185	56.185	126.415	126.415
2017	1.335	1.335	1.068	1.068	2.403	2.403
2018	13.140	13.140	10.512	10.512	23.652	23.652
2019	6.097	6.097	3.658	3.658	9.755	9.755
2020	135	135	81	81	216	216
A partir de 2021	105.750	105.750	63.450	63.450	169.200	169.200
<b>Total</b>	<b>196.687</b>	<b>196.687</b>	<b>134.954</b>	<b>134.954</b>	<b>331.641</b>	<b>331.641</b>

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2016 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	326.252	318.279	261.006	254.628	587.258	572.907
2017	151.142	130.523	120.914	104.418	272.056	234.941
2018	75.240	61.216	60.192	48.973	135.432	110.189
2019	94.083	67.392	60.827	43.484	154.910	110.876
2020	258.215	162.518	154.928	97.509	413.143	260.027
A partir de 2021	118.402	117.473	71.726	71.117	190.128	188.590
<b>Total</b>	<b>1.023.334</b>	<b>857.401</b>	<b>729.593</b>	<b>620.129</b>	<b>1.752.927</b>	<b>1.477.530</b>

**c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos**

Especificação	31.03.2016		31.12.2015		31.03.2016	31.12.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	5.781	3.469	1.573	944	9.250	2.517
Constituição	1.571	943	54.535	32.721	2.514	87.256
Realização/Reversão	(5.781)	(3.469)	(50.327)	(30.196)	(9.250)	(80.523)
Saldo Final (Nota 7.c)	1.571	943	5.781	3.469	2.514	9.250
<b>b) Reserva de Reavaliação</b>						
Saldo Inicial	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147
Constituição	-	-	-	450	-	450
Realização/Reversão	(242)	(194)	(968)	(581)	(436)	(1.549)
Saldo Final	2.007	1.605	2.249	1.799	3.612	4.048
<b>c) Decorrentes de Créditos Recuperados<sup>(1)</sup></b>						
Saldo Inicial	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569
Constituição	400	320	32.991	28.163	720	61.154
Realização/Reversão	(5)	(4)	(130)	(79)	(9)	(209)
Saldo Final (Nota 16.d)	56.737	42.488	56.342	42.172	99.225	98.514
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	947	667	472	283	1.614	755
Constituição	3.118	1.944	18.307	11.200	5.062	29.507
Realização/Reversão	(3.377)	(2.125)	(17.832)	(10.816)	(5.503)	(28.648)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	688	486	947	667	1.173	1.614

<sup>(1)</sup> Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

**Notas Explicativas**

Período	IR - Valor Contábil	IR - Valor Presente	CSLL - Valor Contábil	CSLL - Valor Presente	Total - Valor Contábil	Total - Valor Presente
2016	226	226	181	181	407	407
2017	12	12	10	10	22	22
2018	128	128	102	102	230	230
2019	1.886	1.886	1.133	1.133	3.019	3.019
A partir de 2021	5	5	2	2	7	7
<b>Total</b>	<b>2.257</b>	<b>2.257</b>	<b>1.428</b>	<b>1.428</b>	<b>3.685</b>	<b>3.685</b>

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	13,49	153	148	121	118	274	266
2017	12,35	611	527	489	421	1.100	948
2018	11,39	611	473	489	378	1.100	851
2019	11,13	632	441	506	352	1.138	793
<b>Total</b>		<b>2.007</b>	<b>1.589</b>	<b>1.605</b>	<b>1.269</b>	<b>3.612</b>	<b>2.858</b>

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>1</sup>	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	13,49	5.816	5.635	4.653	4.508	10.469	10.143
2017	12,35	7.853	7.609	6.282	6.088	14.135	13.697
2018	11,39	6.143	5.951	4.914	4.761	11.057	10.712
2019	11,13	5.088	4.930	3.053	2.958	8.141	7.888
2020	10,72	4.491	4.351	7.178	6.955	11.669	11.306
A partir de 2021	10,72	27.346	26.494	16.408	15.897	43.754	42.391
<b>Total</b>		<b>56.737</b>	<b>54.970</b>	<b>42.488</b>	<b>41.167</b>	<b>99.225</b>	<b>96.137</b>

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, previstos para baixa, na posição de 31.03.2016, estão a seguir demonstrados:

ANO	IR - Valor Contábil	IR - Valor Presente	CSLL - Valor Contábil	CSLL - Valor Presente	Total - Valor Contábil	Total - Valor Presente
2016	6.195	6.009	4.955	4.807	11.150	10.816
2017	8.476	8.148	6.781	6.519	15.257	14.667
2018	6.882	6.552	5.505	5.241	12.387	11.793
2019	7.606	7.257	4.692	4.443	12.298	11.700
2020	4.491	4.351	7.178	6.955	11.669	11.306
A partir de 2021	27.351	26.499	16.410	15.899	43.761	42.398
<b>Total</b>	<b>61.001</b>	<b>58.816</b>	<b>45.521</b>	<b>43.864</b>	<b>106.522</b>	<b>102.680</b>

**d) Despesas Tributárias**

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(64.707)	(54.850)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(6.022)	(5.324)
Outros Valores	(916)	(677)
<b>Total (Nota 20.e)</b>	<b>(71.645)</b>	<b>(60.851)</b>

**NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias**

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução do CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.



## Notas Explicativas

- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em: provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.03.2016		31.12.2015	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a) Provisão para Riscos Fiscais</b>				
<b>a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal<sup>(1)</sup></b>	<b>1.132</b>	<b>1.132</b>	<b>1.069</b>	<b>1.069</b>
<b>a.2) Causas Fiscais</b>	<b>1.986.540</b>	<b>59.687</b>	<b>1.905.981</b>	<b>46.515</b>
i) Obrigação Legal	277	277	266	266
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.986.263	59.410	1.905.715	46.249
Provável	59.410	59.410	46.249	46.249
Possível	1.797.253	-	1.723.467	-
Remota <sup>(2)</sup>	129.600	-	135.999	-
<b>b) Provisão para Passivos Contingentes</b>				
<b>b.1) Causas Trabalhistas</b>	<b>503.515</b>	<b>252.952</b>	<b>449.384</b>	<b>249.461</b>
Provável (Nota 16.i)	252.952	252.952	249.461	249.461
Possível	125.084	-	99.988	-
Remota	125.479	-	99.935	-
<b>b.2) Causas Cíveis</b>	<b>4.663.726</b>	<b>151.346</b>	<b>4.670.770</b>	<b>142.592</b>
Provável (Nota 16.i)	151.346	151.346	142.592	142.592
Possível	1.176.593	-	1.035.412	-
Remota <sup>(3)</sup>	3.335.787	-	3.492.766	-
<b>b.3) Outras Causas</b>	<b>638.848</b>	<b>772</b>	<b>9.589</b>	<b>720</b>
Provável (Nota 16.i)	772	772	720	720
Possível	8.758	-	8.522	-
Remota	629.318	-	347	-

(1) o montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 111.001 na posição 31.03.2016 (R\$ 107.343 em 31.12.2015).

(2) O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentaram saldo de R\$ 1.927.333, na posição 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, totalizando R\$ 2.149.031, no entanto, em março de 2016 um dos processos deixou de ser contingenciado em decorrência do trânsito em julgado de sentença totalmente favorável ao Banco.

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela Superintendência Jurídica na forma do item "b", retromencionado.
- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "c", subitem a.2.i, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

## Notas Explicativas

### Fiscal

Quatro ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 1.664.067, na data-base de 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, os valores envolvidos totalizavam R\$ 1.594.651.

### Cível

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 188.324, na data-base de 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, os valores envolvidos totalizavam R\$ 176.840.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 127.692, na data-base de 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, os valores envolvidos totalizavam R\$ 119.905.

Duas ações na esfera cível que visam pagamento de honorários. Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 150.929, na data-base de 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, os valores envolvidos totalizavam R\$ 68.890.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 52.537, na data-base de 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, os valores envolvidos totalizavam R\$ 49.333.

Ação na esfera cível que visa indenização. Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 46.453, na data-base de 31.03.2016. Na posição de 31.12.2015, os valores envolvidos totalizavam R\$ 43.621.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. Na data-base de 31.03.2016, os valores envolvidos são da ordem de R\$ 30.659. Na posição de 31.12.2015, R\$ 30.659.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	464.425	449.031
Demandas Fiscais	116.909	114.858
Demandas Cíveis	79.658	77.777
<b>Total</b>	<b>660.991</b>	<b>641.666</b>

- h) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 31.03.2016, registram-se os valores de: R\$ 22.036 (R\$ 24.440, em 31.12.2015), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 11.412 (R\$ 11.244, em 31.12.2015) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 1.588 (R\$ 2.116, em 31.12.2015) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

## i) Movimentação das Provisões

### i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)</b>		
Saldo inicial	1.069	90.201
Constituição	63	355
Reversão/Utilização/Baixa	-	(89.487)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.132	1.069
<b>ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)</b>		
Saldo Inicial	266	284
Constituição	11	55
Reversão/Utilização/Baixa	-	(73)
Saldo Final (Nota 22.c)	277	266
<b>iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	46.249	36.525
Constituição	13.173	12.485
Reversão/Utilização/Baixa	(12)	(2.761)
Saldo Final (Nota 22.c)	59.410	46.249
<b>iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo inicial	249.461	221.610

Notas Explicativas		
	12.629	44.607
Reversão/Utilização/Baixa	(9.137)	(16.756)
Saldo Final (Nota 16.i)	252.953	249.461
<b>v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	142.592	138.045
Constituição	14.794	51.707
Reversão/Utilização/Baixa	(6.039)	(47.160)
Saldo Final (Nota 16.i)	151.347	142.592
<b>vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	720	608
Constituição	66	460
Reversão/Utilização/Baixa	(14)	(348)
Saldo Final (Nota 16.i)	772	720

## i.2) Demais Provisões

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>i) FNE</b>		
Saldo Inicial	2.792.367	2.062.717
Constituição	390.447	1.820.699
Reversão/Utilização/Baixa	(317.097)	(1.091.049)
Saldo Final (Nota 16.j)	2.865.717	2.792.367
<b>ii) FDNE</b>		
Saldo Inicial	654	1.065
Constituição	12	49
Reversão/Utilização/Baixa	-	(460)
Saldo Final (Nota 16.j)	666	654
<b>iii) Proagro</b>		
Saldo Inicial	2.644	2.600
Constituição	89	732
Reversão/Utilização/Baixa	(2.063)	(688)
Saldo Final (Nota 16.j)	670	2.644
<b>iv) Outros Passivos Contingentes</b>		
Saldo Inicial	37.800	28.603
Constituição	212	26.393
Reversão/Utilização/Baixa	(2.976)	(17.196)
Saldo Final (Nota 16.j)	35.036	37.800

## NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
Máxima	36.619,33	33.290,13
Mínima	1.427,35	1.273,33
Média	9.274,52	8.340,59

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

### b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual <sup>(2)</sup>	195.053,68	202.512,61	16.785,57	16.062,78	15.756,57	20.104,11
Menor remuneração individual <sup>(3)</sup>	135.814,99	148.200,75	12.862,53	13.293,33	12.862,53	12.308,64
Remuneração média individual <sup>(4)</sup>	176.489,53	169.789,61	13.647,14	14.401,11	14.020,15	14.421,62
Número de membros <sup>(5)</sup>	7	7	5	5	5	5

<sup>(1)</sup> Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

<sup>(2)</sup> Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

<sup>(3)</sup> Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

<sup>(4)</sup> Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

<sup>(5)</sup> O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.03.2016, o número de funcionários do Banco totalizava 7.227 (7.231 em 31.12.2015), registrando-se um decréscimo de 0,06% no quadro de pessoal.

## NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

São apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Caepf, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

## **Notas Explicativas das características dos Planos de Benefícios**

### **a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil**

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

#### **a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef**

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

#### **a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 31.03.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

## Notas Explicativas

### a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2016, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2014, 1:1).

### a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

Em seu estatuto a CAMED define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da CAMED é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

#### a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

#### a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

### a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

#### a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

### a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco de investimento	O valor presente dos passivos dos planos é calculado usando como taxa de desconto a NTN-B. Se a variação da taxa de retorno sobre os ativos dos planos não acompanhar a variação dessa taxa, poderá ocorrer um déficit.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Notas Explicativas		
CV I / Natural	Risco de evolução salarial	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando a projeção dos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, alterações não previstas nos salários dos participantes poderão impactar o passivo do plano.
CV I / Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria. Caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

#### NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 61.670.704 (R\$ 59.893.111 em 31.12.2015) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 12.670.165 (R\$ 11.324.340 em 31.12.2015), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 369.544 (R\$ 215.516 em 31.03.2015).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
  - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
  - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2016	Provisão em 31.12.2015
AA	8.963.843	-	-
A	12.366.258	31.023	29.476
B	9.247.353	46.523	46.579
C	2.266.640	33.809	32.959
D	754.858	37.718	30.288
E	570.311	87.288	102.802
F	421.517	106.630	106.093
G	753.284	268.250	278.590
H	4.449.794	2.254.476	2.165.580
<b>Total</b>	<b>39.793.858</b>	<b>2.865.717</b>	<b>2.792.367</b>

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 309.225 (R\$ 296.779 em 31.03.2015).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em

**Notas Explicativas** 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 342.099 (R\$ 359.670 em 31.03.2015).

## NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.03.2016	31.12.2015
Proger-Urbano Investimento	TADE 017/2006	5.066	6.351
FAT - Infraestrutura	TADE 018/2006	191.439	197.409
Protrabalho Investimento	TADE 004/2007	186.480	180.845
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	TADE 001/2010	132.754	133.780
<b>Total</b>		<b>515.739</b>	<b>518.385</b>

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 311.919 (R\$ 332.363 em 31.12.2015) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 31.985 (R\$ 37.932 em 31.12.2015).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2016		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	11.237	427	2.536	16.117	18.653
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	50.610	3.222	24.789	88.529	113.318
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	19.393	41	282	72.993	73.275
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	28.960	724	4.378	102.295	106.673
<b>Total (Nota 13.b)</b>			<b>110.200</b>	<b>4.414</b>	<b>31.985</b>	<b>279.934</b>	<b>311.919</b>

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2015		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.866	464	2.945	17.576	20.521
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	49.508	3.131	25.820	98.068	123.888
Pronaf- Investimento	04/2007	RA	20.276	31	1.282	75.188	76.470
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.093	541	7.885	103.599	111.484
<b>Total (Nota 13.b)</b>			<b>112.743</b>	<b>4.167</b>	<b>37.932</b>	<b>294.431</b>	<b>332.363</b>

<sup>(1)</sup> RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

<sup>(2)</sup> Recursos remunerados pela Taxa Selic;

<sup>(3)</sup> Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

<sup>(4)</sup> Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

## NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade

## Notas Explicativas

de gerenciamento de risco, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos. Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2016 a 2018, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03.12.2015. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.03.2016	31.12.2015
<b>Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas</b>	<b>33.839.090</b>	<b>34.774.297</b>
<b>Público</b>	<b>1.557.735</b>	<b>1.679.852</b>
<b>Privado</b>	<b>32.281.355</b>	<b>33.094.445</b>
Comércio	3.980.170	4.142.642
Comércio Exterior	673.807	857.483
Habitação	170	170
Indústria	9.528.870	9.700.730
Infraestrutura	3.099.938	3.184.417
Microfinança Urbana	2.787.953	2.993.986
Pessoas Físicas	131.067	226.259
Rural	7.060.406	7.036.781
Outros Serviços	5.018.974	4.951.977
<b>Operações de Mercado</b>	<b>28.497.000</b>	<b>26.957.135</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>25.419.669</b>	<b>23.756.920</b>
Operações Compromissadas	13.131.940	15.656.753
Outras	12.287.729	8.100.167
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	-	-
<b>Outros Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.988.662</b>	<b>1.981.588</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>1.088.669</b>	<b>1.218.627</b>
<b>Demais Ativos</b>	<b>3.628.824</b>	<b>3.756.309</b>
<b>Total</b>	<b>65.964.914</b>	<b>65.487.741</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

### Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.920.008 (R\$ 5.067.776 em 31.12.2015). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 4.505.458 (R\$ 3.957.266 em 31.12.2015).

Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada três anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias, tais como, quirografárias, penhor de



## Notas Explicativas

do Banco, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros. (texto novo)

### c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.03.2016 (%)	31.12.2015 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	435,32	460,38
	Média dos últimos 12 meses	363,98	346,09
	Máximo dos últimos 12 meses	516,70	516,70
	Mínimo dos últimos 12 meses	249,52	249,52

### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> <li>Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência</li> <li>Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência</li> </ul>	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

**Nota**

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
<b>Carteira de Negociação</b>						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	13.141.076	13.117.776	(23.300)	13.095.221	(45.855)
<b>Carteira Bancária</b>						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(127.065)	(130.717)	(3.652)	(134.941)	(7.876)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	4.289	4.258	(31)	4.228	(61)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	699.917	664.661	(35.256)	632.429	(67.488)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	849.137	737.224	(111.912)	642.237	(206.899)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	173.237	131.413	(41.824)	100.731	(72.506)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(942.217)	(972.139)	(29.922)	(994.309)	(52.092)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.735.063	4.613.100	(121.964)	4.504.999	(230.065)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.113.714	1.140.171	1.167.973
		Passivo em ME	(1.138.618)	(1.165.440)	(1.193.623)
		Exposição Líquida	(24.904)	(25.269)	(25.650)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

**e) Risco Operacional**

O risco operacional é a possibilidade de perda, efetiva ou recuperável, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou resultantes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais, além de gerar valor por meio da capacitação dos profissionais, otimização dos processos e melhoria dos sistemas tecnológicos.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa por meio dos processos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações em todos os processos, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizados metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos e processos de identificação do risco,

**Notas Explicativas** plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de se obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

#### f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 84.411 (R\$ 67.162 em 31.12.2015 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.03.2016	31.12.2015	Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Disponibilidades	37.537	58.426	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	635	Relações Interdependências	5.796	12.331
Operações de Crédito	890.722	1.033.285	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	90.562	101.491
Outros Créditos	864.263	1.040.756	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.058.703	2.284.406
			Outras Obrigações	815.031	1.004.859
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.792.522</b>	<b>2.133.102</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.970.092</b>	<b>3.403.087</b>
Operações de Swap	1.093.159	1.202.823			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.885.681</b>	<b>3.335.925</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.970.092</b>	<b>3.403.087</b>

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

#### g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.03.2016, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 11,44% (13,61% em 31.12.2015) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,31% (7,25% em 31.12.2015). O PR apurado foi de R\$ 4.523.276 (R\$ 5.270.254 em 31.12.2015), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.732.479 (R\$ 2.689.059 em 31.12.2015), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 37.375.708 (R\$ 37.111.437 em 31.12.2015).

#### i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>4.523.276</b>	<b>5.270.254</b>
. Nível I	<b>2.732.479</b>	<b>2.689.059</b>
. Capital Principal	2.732.479	2.689.059
. Nível II	<b>1.790.797</b>	<b>2.581.195</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>37.375.708</b>	<b>37.111.437</b>
. Parcela RWACPAD	30.051.932	30.704.853
. Parcela RWACAM	381.169	372.978
. Parcela RWAJUR	90.481	80.718
. Parcela RWACOM	10.440	14.146
. Parcela RWAOPAD	6.841.686	5.938.742
<b>Valor do RBAN</b>	<b>2.156.557</b>	<b>1.621.685</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,87511%])<sup>1</sup></b>	<b>832.425</b>	<b>1.187.996</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ((RWA + RBAN) * 9,875%)}</b>	<b>619.465</b>	<b>1.009.611</b>
<b>Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)</b>	<b>489.937</b>	<b>462.373</b>
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)</b>	<b>1.050.573</b>	<b>1.019.045</b>
<b>Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 0,625%)</b>	<b>233.598</b>	-
<b>Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)</b>	<b>256.339</b>	<b>462.373</b>
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,31%	7,25%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	7,31%	7,25%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,875%) <sup>(1)</sup>	12,10%	14,20%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	11,44%	13,61%

<sup>(1)</sup> em dezembro de 2015 o percentual era de 11%

Onde:

. RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.

. RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

**Notas Explicativas**

- SVAUB: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.  
 RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.  
 RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.  
 RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

**ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)**

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>4.523.276</b>	<b>5.270.254</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I</b>	<b>2.732.479</b>	<b>2.689.059</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.732.479</b>	<b>2.689.059</b>
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	605.963	598.429
Reservas de Capital e de Reavaliação	16.088	16.621
Sobras ou Lucros Acumulados	533	-
Contas de Resultado Credoras	3.126.272	-
Contas de Resultado Devedoras	(3.074.611)	-
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(548.475)	(615.864)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Ajustes Prudenciais	(237.291)	(154.127)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(5.400)	(3.446)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(19)	(37)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(168.704)	(135.777)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(63.168)	(14.867)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II</b>	<b>1.790.797</b>	<b>2.581.195</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.843.766	2.633.957
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.969)	(52.762)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois está sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida que se encontra em processo de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de autorização por parte do Bacen para ser considerado elegível a Capital Principal.

**iii. Razão de Alavancagem (RA)**

o Banco Central publicou, em 27 de fevereiro de 2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 31.03.2016, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 4,31%. (4,25% em 31.12.2015), conforme quadro abaixo:

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência Nível I	2.732.479	2.689.059
Exposição Total para Razão de Alavancagem	63.422.863	63.250.106
Razão de Alavancagem	4,31%	4,25%

**iv. Índice de Imobilização**

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	4.523.276	5.270.254
Limite para Imobilização	2.261.638	2.635.127
Situação	230.788	231.006
Margem	2.030.850	2.404.121
Índice de imobilização	5,10%	4,38%

**NOTA 28 – Partes Relacionadas****a) Transações com partes relacionadas**

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

**Notas Explicativas**

	31.03.2016	31.12.2015
<b>Ativos</b>		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	501.401	478.527
<b>Total</b>	<b>501.401</b>	<b>478.527</b>
<b>Especificação</b>	<b>31.03.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)</b>	<b>311.919</b>	<b>332.363</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)</b>	<b>1.743.994</b>	<b>1.709.146</b>
Tesouro Nacional	436	426
BNDES	1.607.619	1.567.324
Finame	135.939	141.396
<b>Outras Obrigações</b>	<b>15.522.666</b>	<b>14.626.241</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	12.678.900	11.332.783
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 17)	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.i e Nota 18)	1.843.766	1.792.282
<b>Total</b>	<b>17.578.579</b>	<b>16.667.750</b>

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
<b>Passivos</b>		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.j)	227.268	235.477
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.j)	788.918	772.977
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.j)	56.957	56.505
<b>Total</b>	<b>1.073.143</b>	<b>1.064.959</b>

**b) Remuneração da Administração**

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
<b>Honorários</b>	<b>959</b>	<b>932</b>
Diretoria	831	804
Conselho de Administração	64	62
Conselho Fiscal	64	66
<b>Outros</b>	<b>356</b>	<b>314</b>
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>1.315</b>	<b>1.246</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>58</b>	<b>87</b>
<b>Total</b>	<b>1.373</b>	<b>1.333</b>

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

**NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente**

Especificação	01.01 a 31.03.2016	01.01 a 31.03.2015
<b>Lucro Líquido</b>	<b>77.808</b>	<b>56.772</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>67.922</b>	<b>(48.819)</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	113.588	(81.752)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(45.688)	32.701
Realização da Reserva de Reavaliação	969	968
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(436)	(387)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(511)	(349)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>145.730</b>	<b>7.953</b>

**NOTA 30 - Outras Informações****a) Garantias Prestadas**

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2016	31.12.2015
Créditos Abertos para Importação	6.236	8.980
Créditos de Exportação Confirmados	58.500	58.500
<b>Beneficiários de Garantias Prestadas</b>		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	450	450
- FNE	20.130.802	19.962.828
- FDNE	114.039	111.941
Coobrigações em Cessões de Crédito	20.017	19.910

## **Notas Explicativas**

### **b) Declaração de Conformidade**

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

**Fortaleza, 26 de abril de 2016.**

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado - DVA, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6